

Projeto de Lei Complementar nº 149/2019, do Poder Executivo

Ementa: Estabelece o Programa Emergencial de Apoio a Estados e Municípios no Combate ao Coronavírus (COVID- 19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras disposições.

EMENDA DE PLENÁRIO

Altera o inciso I do §1º do art. 1º do Substitutivo apresentado ao PLP nº 149, de 2019:

“Art. 1º ...

§1º ...

I – suspensão dos pagamentos das dívidas refinanciadas pela União com amparo na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, na Medida Provisória nº 2.185- 35, de 24 de agosto de 2001 e dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP);

...”

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa incluir no rol das dívidas com exigibilidade suspensa aquelas com o INSS, FGTS e PIS/PASEP. Para muitos municípios essas são as principais dívidas que de fato trarão alívio para os municípios poderem passar pelo momento turbulento pelo que passam.

Dep. Efraim Filho (DEM/PB)

Líder do Democratas

Dep. Luis Miranda (DEM/DF)

Vice-Líder do Bloco